

# REFLEXÕES ACERCA DOS CONCEITOS DE TERRITÓRIO, TERRITORIALIDADES E REDES PARA O ENSINO DE GEOGRAFIA

Pedro Ricardo da Cunha Nóbrega<sup>1</sup>

## RESUMO

A ciência se depara a todo instante com um conjunto de reflexões que têm como objetivo principal reatualizar suas bases epistemológicas, principalmente quando se trata do conjunto das ciências humanas, como é o caso específico da Ciência Geográfica. O exercício de revisão e atualização conceitual é fundamental para ajustar o processo de transformação do mundo concreto com as discussões contemporâneas e os nexos da relação entre a prática social e a reflexão teórica. Assim, os cursos de formação de professores precisam investir na construção de instrumentos teóricos para fundamentar e dotar de maior acuidade a aplicação dos conceitos em relação à realidade vivida. É com essa característica que o presente artigo foi construído, resgatando os conceitos de território, territorialidade e redes na construção de leituras da realidade social e sua pertinência para o ensino desses conceitos na Geografia.

**Palavras-chave:** Território, Territorialidade, Rede, Ensino de Geografia.

## 1 INTRODUÇÃO

O ensino é um processo que tem como base o conhecimento do aluno, esse conhecimento é mediado pelo professor, no qual estão envolvidos, de forma interdependente, os objetivos, os conteúdos, os métodos e as formas organizativas (CAVALCANTI, 2005). A base desse processo é a valorização dos elementos próprios dos alunos, assim, entender a dimensão cultural na qual eles estão inseridos é fundamental para a execução profícua das aulas de Geografia em qualquer nível.

É preciso perceber que no processo de ensino-aprendizagem, mesmo sob uma perspectiva sócio-construtivista, o conhecimento de alguns elementos básicos é indispensável para o avanço nos conteúdos programáticos de qualquer disciplina. Igualmente é importante destacar que o estabelecimento de hierarquias na organização do conhecimento é fundamental para se construir um lastro condutor na formação do saber. A criação dessas hierarquias surge

---

<sup>1</sup> Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Universidade de São Paulo; Bolsista de doutorado da CAPES; Pesquisador do Grupo Desenvolvimento do Espaço, Território e Região - GPDeTER – da Universidade de Pernambuco.

com o conhecimento de que os indivíduos têm em seus mecanismos cerebrais de aprendizado, uma zona denominada de Zona de Desenvolvimento Proximal.

A zona de desenvolvimento proximal refere-se ao caminho que o indivíduo vai percorrer para desenvolver funções que estão em processo de amadurecimento e que se tornarão funções consolidadas, estabelecidas no seu nível de desenvolvimento real. A zona de desenvolvimento proximal é, pois, um domínio psicológico em constante transformação; aquilo que uma pessoa é capaz de fazer com a ajuda de alguém hoje, ela conseguirá fazer sozinha amanhã. É como se o processo de desenvolvimento progredisse mais lentamente que o processo de aprendizado; o aprendizado desperta processos de desenvolvimento que, aos poucos, vão se tornar parte das funções psicológicas consolidadas do indivíduo (OLIVEIRA, 1995).

Em Geografia, assim como na maioria das áreas do conhecimento, alguns conceitos precisam ser hierarquizados, por isso é preciso trabalhar alguns elementos primeiro e depois problematizá-los com outros para que a aprendizagem se dê de maneira mais efetiva. Assim, é possível identificar, nessa primeira ordem, os conceitos de espaço, região, lugar, paisagem e território. Em seguida é indispensável entender a conexão dos conceitos com a noção de rede, uma vez que “a sociedade moderna se constrói de maneira articulada em bases sincrônicas e diacrônicas, mediada pelo meio técnico, científico e informacional” (SANTOS, 2004, p. 161-257).

O ensino de Geografia precisa ser pensado como um processo complexo que é fruto de uma sociedade forjada com o mesmo grau de complexidade. Na concepção do que é complexidade está implícita a ideia daquilo que é abrangido como um todo, ao mesmo tempo considerando as diversidades inerentes a esse todo, chama-se a atenção para “o convívio dos diferentes na sua essência, nas suas gerações, e até oposições” (ALMEIDA, 2004, p. 22). Emerge desse entendimento a noção das “coexistências” defendida por Milton Santos (2004, p. 149), ou seja, aquilo que existe contemporaneamente, aquilo que está face a face, inclusive nas diferenças espaciais e temporais, nas suas escalas próprias, do antigo e do novo, do pequeno e do grande.

O exercício da prática pedagógica deve estar pautado por essa lógica. Lógica que permita abranger e compreender as diversidades e níveis distintos de visão de mundo e processos de aprendizagens. O grande desafio do processo de ensino-aprendizagem é que o

professor tem que atuar em duas dimensões de uma maneira muito consistente: i) a primeira é conhecer os elementos que compõem o universo cognitivo, afetivo e cultural dos alunos e ii) dominar o conteúdo de uma maneira tão própria que faça com que, através dos elementos fornecidos por ele, os alunos sejam capazes de atingir o “entendimento do assunto pelas conexões e associações elaboradas nos processos mentais deles mesmo, pois só assim o aprendizado será efetivo” (OLIVEIRA, 1995, p. 45).

Com base nos Parâmetros Curriculares Nacionais de Geografia, os conceitos de território e de rede estão inseridos nos temas e conteúdos (como pode ser visto na figura 01), mas o entendimento teórico necessário para utilizar esses conceitos não está disponível, o que levar a supor que tais conteúdos precisam ser trabalhados no momento referente à formação de professores, o que reforça a pertinência desse artigo.

**Principais itens identificados nos PCN's para trabalhar a noção de rede e o conceito de território em Geografia.**

- A evolução das técnicas no transporte ferroviário e a integração dos mercados;
- A evolução das técnicas na navegação e a integração dos mercados;
- As tecnologias computacionais e os avanços na navegação aérea;
- As tecnologias computacionais e a expansão das multinacionais;
- As políticas de transportes metropolitanos: os transportes coletivos, o metrô e o automóvel;
- A Internet, a comunicação instantânea e simultânea e a aproximação dos lugares;
- Mobilização das fronteiras e conflitos internacionais;
- Os espaços das minorias nacionais, étnicas e culturais.

Figura 1: Principais itens identificados nos PCN's para trabalhar a noção de rede e o conceito de território em Geografia. Fonte: Adaptado dos PCN's de Geografia. BRASIL (1998).

Com base nas demandas apresentadas no currículo de Geografia, principalmente para o ensino fundamental, no que tange a apropriação dos conceitos de território, territorialidade e rede, faz-se imprescindível que os conteúdos sigam duas lógicas iniciais: i) a primeira é pautada na preparação da matéria nova e ii) a segunda é construída a partir do estímulo da zona de desenvolvimento proximal, estimulando a capacidade reflexiva e a construção de representações mentais do aluno sobre os assuntos trabalhados.

Faz-se fundamental que a construção do conhecimento seja baseada no estímulo ao raciocínio, por isso é necessário “intervir no processo de aprendizagem dos alunos; apresentar

informações; conceitos e [...] manter relação dialógica com os alunos e entre os alunos” (CAVALCANTI, 2005, p. 176). Para atingir essa dimensão é necessário que os procedimentos didáticos contemplem: exposição do professor, leitura e interpretação de textos, discussão [...] análise e construção de mapas (sínteses construídas).

Para atingir tal fim, é obrigatório resgatar algumas contribuições de Chauí (1999) no que tange ao processo de conhecimento e a sua associação direta a capacidade de raciocínio, o que leva inevitavelmente no entendimento mundo a partir de conceitos e categorias de análise, que superam a ciência geográfica, mas que são fundamentais para o trabalho docente, para a efetivação da relação de ensino-aprendizagem e da formação de indivíduos capazes de refletir criticamente sobre a realidade em que vive.

“O processo de conhecimento, seja o que chega a uma intuição, seja o que parte dela, constitui a razão discursiva ou raciocínio” (CHAUI, 1999, p. 63). O raciocínio é comum a todos os homens e esse mecanismo é o que faz com que a apropriação do conhecimento novo seja garantida e efetiva. Só através do processo de raciocínio é que o indivíduo pode apreender as marcas, os símbolos e os signos da realidade podendo a partir disto gerar inferências e ter a sua relação com o espaço mediada, e assim, é possível criar leis, conceitos, enfim decifrar o mundo.

Com a ajuda de Breitbach (1988, p. 20) entende-se que conceito é o instrumento que “organiza a realidade, apontando as características distintas e essenciais dos fenômenos”. A partir dessa concepção, o conceito se revela como uma noção abstrata que designa um objeto ou uma classe deles. No entanto é preciso perceber que não há conceito fácil, simples. Com isso, percebe-se que todo conceito possui componentes, apresenta um contorno irregular, totaliza os seus componentes, mas é fragmentário, e todo conceito evoca um problema. (DELEUSE & GUATTARI apud, SPOSITO 2003). O conceito está muito próximo da elaboração teórica do conhecimento científico, pois ele parte de uma forma material com base na experimentação (SPOSITO, 2003) e obedece a um terminado momento; o conceito é datado e obedece a um conjunto teórico e metodológico.

Para Chauí (1999, p. 163) o conceito ou ideia pode ser entendido a partir de 03 pontos:

- Um conceito ou uma ideia não é uma imagem nem um símbolo, mas uma descrição e uma explicação da essência ou natureza própria de um ser, referindo-se a esse ser e somente a ele;

- Um conceito ou uma ideia não são substitutos para as coisas, mas a compreensão intelectual delas;
- Um conceito ou uma ideia não são formas de participação ou de relação de nosso espírito em outra realidade, mas o resultado de uma análise ou de uma síntese dos dados da realidade ou do próprio pensamento.

A categoria, por sua vez, assume uma característica de maior complexidade. Não raro os estudos confundem ou tratam categoria e conceito como sinônimos ou os utilizam indiscriminadamente. Desde Aristóteles até os filósofos contemporâneos as categorias são entendidas como níveis de interpretação e de relacionamento com a realidade, a categoria flutua num nível anterior ao conceito, ela dá base para que se alcance a dimensão do conceito, ora como veículo de entendimento do ser, ora como veículo de entendimento do conhecimento (SPOSITO, 2003).

Assim, a noção de categoria está muito próxima de Kant, em que a ideia de categoria está associada à oposição de uma lógica balizada pela transcendência, pois “a categoria considerada no seu uso imanente seria uma limitação do princípio da razão e a dedução transcendental seria a exposição das condições lógicas pelas quais essa limitação ocorre como determinação” (SILVA, 2005, p. 106). Com isso, a categoria se comporta como uma primeira aproximação do homem com o mundo sensível; é uma primeira forma de enquadrar a realidade, identificando-a a partir de seus traços, suas especificidades, contudo essas especificidades são limitadas e limitadoras, pois estão agrupadas, organizadas para fins de denominação de grandes parcelas da realidade. Em relação a grande generalidade do ato categorial, Silva (2005, p. 99) continua:

Com o uso transcendente das categorias do entendimento verifica-se que tal é tão deletério ao conhecimento quanto necessário e inevitável para o pensamento. E, ainda mais, vê-se também que não há uma nítida precisão de limites, no plano procedimental, para que possamos definir com clareza a pertinência efetiva da generalização ascendente e da especificação descendente, isto é, a diferença entre a continuidade e a homogeneidade do ponto de vista da experiência e do ponto de vista lógico. Isso quer dizer que são os próprios objetos da experiência que nos encorajam a pensar uma unidade sistemática de uma diversidade que pode ser conhecida ordenadamente.

Entender a importância das categorias e dos conceitos é fundamental para se estabelecer reflexões mais profundas e mais coerentes sobre o movimento da realidade.

Assim, diferenciar o que está no âmbito do conceito e o que pertence ao universo das categorias tem um papel fundamental para a seleção e uso adequado dos assuntos, temas e conteúdos do currículo, sendo fundamental para um bom desempenho pedagógico que influencia na prática docente.

Ao dialogar com professores e professores em formação relacionados à ciência geográfica, não raras vezes é possível perceber em seus discursos uma confusão entre conceitos e categorias, por isso, esse preâmbulo introdutório sobre as questões relacionadas ao método e algumas definições teóricas sobre o sentido de alguns termos é fundamental para localizar o território, a territorialidade e rede como conceitos e não como categorias, pois assim é possível deixar claro que há influências e referências metodológicas que se apresentam como fio condutor dos elementos tratados neste artigo.

Com base em Sposito (2005, p. 30), tem-se que o ensino de Geografia deve obedecer a uma coerência com relação à dimensão teórica. E na esfera do ensino básico deve elucidar os conceitos de espaço geográfico, paisagem, lugar, território, escala e globalização, técnicas e redes. Neste artigo, como já foi mencionado, enfatizar-se-á aos conceitos de território, territorialidade e redes.

O território, como lembra Raffestin (1993), é como se fosse uma prisão que os homens criam para si. No entanto, o espaço é anterior ao território, pois ele é a prisão inicial, a prisão original. Esta prisão é construída como uma necessidade da reprodução da vida. Os humanos se apropriam dos recortes espaciais e através deles criam limites, fronteiras, montam estratégias de manutenção e de apropriação de novos espaços.

As redes dão a dinâmica a esses territórios, o que faz com que a informação circule. Segundo Santos (2004), a rede surge junto com a química e, é entendida como instrumento da relação e da comunicação das substâncias. Em sua gênese, a rede é constituída de nós (pontos) e linhas (malhas) o que a confere uma dimensão reticular de apresentação, no entanto essa malha reticulada é maleável, fluida. Porém, tem como núcleo duro os pontos que são fundamentais para a sistematização da informação circulante na mesma.

O território articulado pelas redes dá a capacidade do desenvolvimento das atividades cotidianas e do gerenciamento e manutenção do próprio território. O estudo dessas categorias é fundamental para a decodificação da realidade, pois a rede aliada ao território funciona

como um nexo da sociedade moderna. E como tal tem que ser decodificada, e apresentada de forma didática para que a sociedade entenda o mecanismo que ela própria construiu.

Neste artigo, buscar-se-á entender a necessidade de que o tratamento conceitual sobre esses conceitos se tornam vital para a formação de um aluno crítico acerca da sua realidade, integrado com as redes que compõem o tecido social num processo que evidencia inclusões e exclusões, por isso a centralidade das discussões serão apresentadas com base no conceito de território e redes.

Com isso, este artigo tem como objetivo principal apresentar o território, a territorialidade e a rede como elementos fundamentais para entender o espaço geográfico, utilizando-os como base no processo pedagógico de mediação entre a teoria e a prática no ensino de Geografia.

## **2 DEMARCANDO O TERRITÓRIO**

Etimologicamente a palavra território tem a sua origem derivada do latim *territorium* que significa “terra que pertence a alguém” (HAESBAERT, 1995; SILVA, 2002). Evidencia-se uma profunda ligação dessa categoria com o conhecimento inicial desenhado pela Ciência Geográfica, em que a ideia de território estava muito próxima da ideia de Estado-Nação.

Como principais defensores, identificam-se, na história da Ciência Geográfica, Ratzel e Raffestin (HAESBAERT, 1995; SILVA, 2002; SOUZA, 1995; SANTOS, 2004; DIAS 2005) que sob a égide desse pensamento entendem o território a partir da dimensão política do Estado, o que revela uma aproximação desta categoria com a análise geopolítica do espaço.

A análise ratzelina sobre o território influenciou as bases do conceito de território na Geografia tradicional, como lembra Silva (2002, p. 18) em texto acerca do conceito de território na Geografia. O território em Ratzel é “um espaço concreto, determinado pelo solo apropriado por um grupo e formador de sua identidade cultural”. No entanto, a escala de análise entendida era a do Estado-Nação, colando-o preso a grandes estruturas políticas, deixando-o ‘engessado’, diminuindo a possibilidade de fluidez. O que Souza (1995) chama de um discurso essencialmente fixado no referencial político do Estado.

De acordo com Souza (1995) o discurso acerca do território feito na Geografia tradicional é orientado por noções ideologicamente construídas em que a Geografia estava

associada à ação do Estado, principalmente na Alemanha e na França e que influenciou a Geografia brasileira. Com base nisso, identifica-se o território analisado frente a dois grandes recortes:

(...) em primeiro lugar ao recorte do território “nacional”, ou seja, do Estado-Nação. Outro recorte importante foi, muitas vezes, a “região”, entidade espacial algo mistificada pela Geografia Regional lablacheana no interior de um discurso ideológico que via o “território nacional” como um mosaico orgânico e harmônico de “regiões” singulares (SOUZA, 1995, p. 140).

Atualmente, a ideia acerca do território assume uma dimensão muito mais fluída e dinâmica. O território como Estado-Nação não é negado, Souza (1995) reafirma a posição de Raffestin (1993) em entender o território com base numa dimensão ‘macroescalar’. Contudo, o território, modernamente, perde essa dimensão superlativa e se torna muito mais próximo dos grupos sociais. Para atingir essa forma mais moderna de entendê-lo, Souza (1995, p. 141) anuncia que “o território é fundamentalmente um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder”.

O espaço é identificado através dos objetos que ele contém por meio de uma ligação direta. Enquanto o território tem suas bases numa “sujeição individual e coletiva subjugado a uma dimensão subjetiva que o delimita”. Identifica-se, na elaboração do mesmo, uma luta entre a dominação e a insubmissão que compõe um campo de forças onde as relações de poder se tornam evidentes e deste recorte espacial é que se aflora o território. O território não surge a partir do espaço, mas sim a partir das relações emanadas desse campo de forças.

O poder é entendido por Raffestin (1993, p. 54) como sendo a “multiplicidade das relações de força que são imanentes ao domínio em que elas se exercem e são constitutivas de sua organização. O poder é parte intrínseca de toda uma relação”. Contudo, o poder não é único e nem é possível de achá-lo materializado. Ele está em todo o lugar, não a partir de uma lógica universalizante, mas ele brota de todos os lugares e se manifesta nas relações quando dois polos fazem face um ao outro ou se confrontam.

Vale ressaltar, para fins de maiores assertivas sobre os elementos que compõem o território, as observações de Hanna Arendt (1985) citadas por Souza (1995, p. 142) em que fica claro que o poder e a violência não são parceiros, na verdade eles se comportam como elementos quase que excludentes “onde um domina de forma absoluta, o outro está ausente”.



Elimina-se com isso a máxima de que um instrumento para a manutenção do poder seja a violência. Na verdade, a violência surge quando o indivíduo está em vias de perda do poder. Souza (1995) lembra que o poder é fruto de uma permissão social e assim é o grupo que escolhe atribuir poder ao indivíduo e o mesmo grupo que lhe conferiu pode retirá-lo.

Tendo como recurso as ideias de Silva (2002) se entende que as fronteiras ou limites são fundamentais para identificar aqueles que estão fora daqueles que estão dentro, assim os indivíduos que estão de fora são os outros. Com isso, o território pode ser utilizado para conter, para restringir e para excluir e as delimitações elaboradas só tornam-se território quando afetam o controle de acesso em termos físicos e simbólicos. O estabelecimento de limites é uma característica cerebral do homem e sustenta uma ideia de propriedade.

À luz desta ideia identifica-se o território como um campo de forças, em que duas dimensões se manifestam de forma bem clara com a presença de dois grupos de indivíduos, os *insiders* e os *outsiders*. O território é entendido como um campo de forças que entre as várias articulações possíveis se dá como uma rede de relações sociais que ganha sentido por sua complexidade interna. De acordo com Souza (1995), os *insiders* são todos os indivíduos que estão incluídos em um sistema de relações sociais e que pertencem a um grupo, são os indivíduos que estão diretamente vinculados com um processo territorializante, enquanto que os *outsiders* são aqueles que estão fora do grupo, são ao mesmo tempo os indivíduos que compartilham os vínculos com uma comunidade e que não seguem as normas territoriais. Os *outsiders* não pertencem a uma mesma coletividade e por isso não são classificados como não membros.

Surge a necessidade de entender a existência de uma lógica interna ao território, o que se pode de forma simplificada denominar de um instinto de proteção e manutenção do território, ou seja, a territorialidade. A partir de Raffestin (1993, p. 161) é possível perceber que a territorialidade é entendida “como um conjunto de relações que se originam num sistema tridimensional sociedade-espaco-tempo”. Ela é percebida como reflexa da multidimensionalidade do “vivido” territorial pelos membros de uma coletividade.

Roncayolo apud Silva (2002) entende que a territorialidade consagra duas características marcantes e que devem ser analisadas com profundidade. Nesse sentido destaca uma que responde pela relação com determinada área (afirma a construção do

território) e outra que corresponde à relação com outros indivíduos (afirma a competição pela formação e manutenção territorial).

Assim, a territorialidade funciona como uma estratégia espacial para afetar, influenciar, ou controlar recursos e pessoas, funcionando como “a primeira expressão geográfica de poder” (SACK apud Silva, 2002, p. 66). A função da territorialidade é “segregar e compartimentalizar a interação humana, controlando a presença/ausência e a inclusão/exclusão” (SOJA apud RIBEIRO & MATTOS, 2002, p. 68).

O território também se compõe pela dimensão simbólica de sua apropriação, como já mencionado anteriormente, mas nesta perspectiva identifica-se o pensamento de Tuan (RIBEIRO & MATTOS, 2002) como pensador que introduz a dimensão afetiva para a construção de um território compreendido através de um elo *topofilico*. Diante dessa ideia o território se aproxima muito do lugar, pois para essa forma de pensamento o lugar significa “uma localização de lealdade apaixonada, de definição e significado”. Com isso, a territorialidade é identificada pelo conjunto de práticas sociais que são definidas pelas relações de poder e pela apropriação simbólica de uma área geográfica por grupos e indivíduos, colocando assim o território como a manifestação dessa territorialidade.

### 3 ATRAVÉS DA MALHA DAS REDES

A palavra rede tem a sua origem do latim *retis* e aparece já no século XII pra nomenclaturar “um conjunto de fios entrelaçados, linhas e nós” (DIAS, 2005, p. 141). Santos (2004, p. 261) lembra que a palavra *reseau* [rede] é um variante do francês antigo *réseuil* (do latim *retiolus*, diminutivo de *retis*, “rede”, que também gerou *rets*) que designa um conjunto de linhas entrelaçadas. Como analogia a imagem original convencionou-se chamar de “nó” as interseções das linhas.

A grande fluidez do termo *rede* faz surgir um grande problema, a polissemia do vocábulo afrouxa o sentido científico, esvazia o discurso e gera imprecisões e ambiguidades, por isso é preciso ter uma maior atenção em Geografia quando se utiliza essa categoria, uma vez que ela tem importância vital para o entendimento das ações da sociedade no espaço (SANTOS, 2004).

A rede tem por característica fundamental as conexões que funcionam como a primeira grande propriedade das redes, os pontos de convergência e bifurcação. Diante disto, a lógica da rede está amalgamada nas conexões e não nas superfícies. A rede é definida por seus agenciamentos internos e não por seus limites exteriores. A rede é “*totalidade aberta capaz de crescer em todos os lados e direções*”, tendo como elemento constitutivo único o “nó” (MORAES, 2000, n.p.).

Os nós das redes são lugares de conexões que de acordo com Raffestin (1993) correspondem a lugares de poder e de referência. É através desses pontos que a rede solidariza, mas também exclui. “Os organismos de gestão da rede [...] não são neutros, eles colocam em jogo relações sociais entre os elementos solidarizados e aqueles que permanecem marginalizados” (DUPUY, 1984, p.232). Essa constatação faz com que uma generalização seja possível “nunca lidamos com uma rede máxima definida pela totalidade” (DIAS, 1995, p. 145). Afinal, nem o espaço, nem as redes são homogêneas.

A rede é formada num dado instante por uma pluralidade de pontos ligados entre si e por uma pluralidade de conexões. Por definição, nenhum ponto é privilegiado em relação a outro, o que faz com que uma rede tenha múltiplas entradas. (SERES apud MORAES, 2000, n.p.). Depois de montada a ideia da rede, ela alimenta os nós (pontos fixos) com a energia e informação que circula por sua malha, essa energia e informação (entendendo que energia e informação são dois elementos extremamente generalizáveis e se aplicam às dimensões matérias e as dimensões imateriais) é caracterizada pelo fluxo.

A rede se enquadra em duas grandes matrizes: uma que considera exclusivamente a realidade material e outra que é composta pelo dado social. A partir de uma lógica geográfica, a rede precisa: i) dos elementos concretos e ii) das ações sociais. Os elementos concretos são todos os objetos técnicos construídos capazes de carregar qualquer elemento material, energético e/ou informacional. Eles fazem correspondência aos pontos fixos. As ações sociais dá conta de toda a produção imaterial que anima as estruturas concretas, esses dados sociais fazem referencia aos fluxos da rede.

A rede material retrata toda infraestrutura, permitindo o transporte de matéria, de energia ou de informação, e que se inscreve sobre um território onde se caracteriza pela tipologia dos seus pontos de acesso ou pontos terminais, seus arcos de transmissão, seus nós de bifurcação ou de comunicação [...] a rede como dado social é também política por causa das

pessoas, das mensagens e dos valores que a frequentam, assim a rede é, na verdade, uma mera abstração. (SANTOS, 2004, p. 272).

Aqui cabe uma diferença entre a rede e os circuitos uma vez que rede ao apresentar conteúdo fortemente marcado numa perspectiva humana/social é limitada aos sistemas criados pelos homens ao passo que os circuitos envolvem também, embora não exclusivamente, os sistemas naturais (SANTOS, 2004).

A rede é considerada por muitos como eminentemente geográfica e como tal assume três grandes sentidos: i) Polarização de pontos de atração – são facilmente identificadas através das redes urbanas; ii) Projeção Abstrata – Meridianos e paralelos e iii) Projeção concreta de linhas de relações e ligações – Redes hidrográficas e Redes Técnicas territoriais (BAKIS apud SANTOS, 2004).

Entrementes, é bom perceber que as duas dimensões identificadas se simplificam quando se entende que a rede assume duas formas: a forma material e a forma imaterial (abstrata).

Entender as redes e como elas se apresentam na Geografia não é uma tarefa das mais fáceis uma vez que o caráter original das redes revela um conteúdo muito mais teórico do que prático. No entanto, ao se debruçar de maneira intensa no entendimento do que são essas redes é possível encontrar nas redes técnicas uma maior aproximação de ordem Geográfica. Doravante todo o esforço será em mostrar como essas redes se consorciam com o território forjando um ambiente extremamente complexo.

Na tentativa de tornar a ideia de rede mais clara é possível que a mesma seja apreendida a partir da lógica de proximidade com o universo dos alunos. O funcionamento da televisão, por exemplo, é uma maneira fácil de fazer com que o sentido da rede seja compreendido. Como laboratório seria interessante que os alunos fossem convidados a refletir sobre como as imagens da televisão funcionam, o professor tem que ajudar aos alunos entenderem que o aparelho de televisão funciona como um dos pontos fixos da rede, além dos aparelhos de TV antenas e as emissoras com seus estúdios também funcionam como pontos fixos da rede. Depois, é importante ajudar aos alunos a pensar como que as imagens produzidas em lugares pontuais chegam a milhares de aparelhos no país e no mundo, assim seria possível explicar quais são os fluxos da rede. Fazê-los entender que a emissora repassa a

informação através de frequências de ondas, essa informação (fluxo) é captada pelas antenas (que nesse momento funcionam como nó, essa informação é retransmitida pelos cabos de televisão (fluxo, novamente) e são enviadas para os aparelhos de tv que decodificam a informação circulante e a transforma em imagem, nó, novamente). Como exemplos também poderiam ser utilizados o funcionamento da rede mundial de computadores, o funcionamento da rede de celulares, os sistemas de ônibus coletivos, dentre tantos outros temas possíveis.

#### **4 TERRITÓRIO E REDES: CASAMENTO POSSÍVEL?**

A rede é o mecanismo capaz de integrar, interrelacionar, conectar, dar fluidez ao território, ao mesmo tempo em que o delimita a partir da especificidade de atuação (RAFFESTIN, 1993; DIAS, 1995; SOUZA, 1995; HAESBAERT, 1995; SANTOS, 2002; HAESBAERT, 2002). A rede possibilita a análise do território para além da continuidade territorial.

Essa perspectiva de análise assume uma proporção muito grande na Geografia, pois frente a uma sociedade edificada a partir do meio técnico-científico-informacional, caracterizada prioritariamente pelo fenômeno da globalização, as fronteiras e os limites são cada vez mais flexíveis e os centros de comando estão cada vez mais concentrados em áreas específicas, eliminando a necessidade de que o território seja comandado pelos indivíduos *insiders*. Percebe-se uma intensa presença das verticalidades ou lógica vertical na gestão desses territórios conectados através das redes.

Num jogo de escalas, a rede, em um momento, se comporta como um elemento que interliga os territórios, em outro se comporta como um elo entre os elementos do território ou como o próprio território. Quando se debruça por sobre o ponto nodal das redes é possível perceber que em muitos casos, dependendo da proporção e da complexidade dos elementos, o território é sinônimo do nó.

Com o apoio de Haesbaert (2002, p. 123) identifica-se que:

A realidade concreta envolve uma permanente interseção de redes e territórios: de redes mais extrovertidas que, através de seus fluxos, ignoram ou destroem fronteiras e territórios (sendo, portanto, desterritorializadoras), e de outras que, por seu caráter mais introvertido, acabam estruturando novos territórios, fortalecendo processos dentro dos limites de suas fronteiras (sendo, portanto, territorializadoras).

O território e as redes são dois elementos extremamente imbricados que só se separam para fins didáticos. Entrementes, “por conter atributos espaciais e simbólicos é que se pode articular a rede ao território” (DIAS, 2005, p. 152), pois o território é percebido não só como suporte material, mas também como expressão e portador de práticas e representações simbólicas e culturais. Assim, esse território transformado pela ação das redes possibilita uma ação não contínua, a ação em rede mobiliza e altera os territórios onde têm seus pontos de referencia e de conexão (SANTOS, 2005).

À medida que o território em redes se comporta como um dado inexorável à condição moderna se percebe também que essa não é a única maneira de apreendê-lo, a associação do território com as redes é muito mais um produto das forças verticais, uma vez que a ação de grandes empresas e do próprio Estado tendem a eliminar a construção solidária. Neste sentido, as horizontalidades estão em eterno conflito com as verticalidades tentando produzir um espaço que seja significado e significante.

A própria condição das redes permite que existam áreas que não sejam atingidas pela malha reticulada, criando zonas e até mesmo territórios excluídos do grande processo de construção do espaço. Os territórios descontínuos, como bem diz Souza (1995) são produtos da ação da rede que consiste em ligar dois territórios contínuos.

Concorda-se com Milton Santos (2004) quando escreve que a Ciência Geográfica deve trabalhar com uma noção de espaço que revele uma forma-conteúdo e que considere os sistemas técnicos como uma união entre tempo e matéria. Além disso, é importante destacar que esses elementos se encontram dentro de uma dimensão dinâmica revelada por processos que em diferentes escalas, de ordens próximas e distantes no espaço e no tempo, oferecem condições de realização de intenções. Essas intenções, por outro lado, dar-se-ão na realização de práticas sociais.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A guisa das considerações conclusivas tem-se que o exercício de compreender didaticamente as categorias Território e Rede é um desafio tanto para os docentes de geografia quanto aos alunos, pois as duas em consórcio funcionam como um dos principais

nexos pra analisar o espaço geográfico, que em sua essência é dotado de complexidade. Assim, a leitura desse espaço amparada pelas lupas do território e articulada pela malha das redes proporciona possibilidade de decompor o mesmo em suas dimensões: política, econômica e social estabelecida pelas grandes estruturas e/ou na ordem do cotidiano.

Entrementes, há que se perceber que esse exercício de entendimento dessas categorias é fundamental se for atrelado a outras categorias de análise do espaço, elaboradas pela Ciência Geográfica. É de suma importância entender e perceber o caráter amplo dessas categorias e das dificuldades em expressá-las nos seus níveis de complexidade através dos conteúdos e formatos textuais. É suposto que o entendimento da dimensão teórico-conceitual dessas categorias se realize junto a profissionais que consigam acompanhar a evolução na construção e operacionalização dos significados inerentes ao desenvolvimento das ideias na história do pensamento geográfico. E, mais que isso, consiga possibilitar a articulação dialógica com a realidade dos educandos.

Nesse ponto, ressalta-se que por mais que esse entendimento mencionado anteriormente seja indispensável à noção do conceito, a clareza do que se fala é fundamental para se estabelecer uma relação inteligível dos educandos com o objeto de análise.

Está claro que as análises se pautam muito mais na dinâmica dos fluxos conectada aos fixos do espaço, entendendo os seus rebatimentos na prática territorial do que numa forma engessada de se perceber os fenômenos que compõem a realidade.

É fundamental entender que todas as relações entre as redes e o território têm uma materialidade e deixam a sua marca na paisagem registrando assim uma identidade possível de ser datada. Essa possibilidade de marcação do tempo se configura como uma das maneiras mais interessantes de se ensinar Geografia, desvendando os nexos que aninam e compõem a vida em sociedade. Essa conexão exhibe uma ligação muito intensa entre a sociedade e a natureza. É na sincronia ou na diacronia temporal que a presença das redes se apresenta como um fenômeno que inclui e que ao mesmo tempo exclui. É essa possibilidade de ação que reforça a heterogeneidade necessária para a apresentação do novo.

## **REFLEXIONES ACERCA DE LOS CONCEPTOS DE TERRITORIO, TERRITORIALIDAD Y REDES PARA LA ENSEÑANZA DE GEOGRAFÍA**

### **RESUMEN**

La ciencia es a todo el momento confrontada por un conjunto de reflexiones que tienen como objetivo principal la reactualización de sus bases epistemológicas, aun más cuando las reflexiones están relacionadas con las ciencias humanas, como es el caso específico de la ciencia geográfica. El ejercicio de revisión y actualización es fundamental para ajustar el proceso de transformación del mundo concreto y sus discusiones contemporáneas y los nexos de la relación entre la práctica social y la reflexión teórica. Así, los cursos de formación de docentes necesitan investir en la construcción de herramientas teóricas para fundamentar y conferir una acuidad más grande las aplicaciones de los conceptos en relación a la realidad vivida. Es con esa característica que el presente artículo fue construido, con la finalidad de rescatar los conceptos de territorio, territorialidad y redes en la construcción de lecturas de la realidad social y a partir de esa reflexión percibir la pertinencia de estos conceptos en la enseñanza de la Geografía.

Palabras claves: Territorio, Territorialidad, Red, Enseñanza de Geografía.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria da Conceição de. Mapa Inacabado da Complexidade. In: SILVA, Aldo A. Dantas; GALENO, Alex. **Geografia: Ciência do Complexus**. Porto Alegre: Sulina, 2004.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: geografia**/Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BREITBACH, Áurea Corrêa de Miranda. **Estudo sobre o conceito de Região**. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser, 1988.

CAVALCANTI, Lana de Souza. **Geografia e Práticas de Ensino**. Goiânia: Alternativa, 2005.

CHAUI, Marilena. **Convite à filosofia**. 12º ed. São Paulo: Editora Ática, 1999.

DIAS, Leila Christina. Os Sentidos da Rede: Notas para a discussão. In: DIAS, Leila Christina; SILVEIRA, Rogério Leandro da. **Redes, Sociedade e Territórios**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005.

DIAS, Leila Christina. Redes: emergência e organização. In: CASTRO, Iná Elias de, GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. **Geografia: Conceitos e Temas**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

DUPUY, G. **Villes, systèmes et réseaux – le rôle historique des techniques urbaines**. Les Annales de la Recherche Urbaine, nº 23-24, 1984, p. 231 – 241.



HAESBAERT, Rogério. Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão. *In: CASTRO, Iná Elias de, GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. Geografia: Conceitos e Temas*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

HAESBAERT, Rogério. **Territórios Alternativos**. São Paulo: Contexto, 2002.

GOMES, Edvânia Tôrres Aguiar. **Dilemas nas (re)estruturações das metrópoles**. *In: Revista Terra Livre*, vol. I, n. 18, p. 133-142, 2002.

MORAES, Márcia Oliveira. **O conceito de rede na filosofia mestiça**. *In: Revista Informare*, v. 6, n. 1, p. 12-20, 2000. n.p.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RIBEIRO, Miguel Ângelo. Prostituição de rua e Turismo em Copacabana: A Avenida Atlântica e a procura do prazer. *In: RIBEIRO, Miguel Ângelo. Território e Prostituição na Metrópole Carioca*. Rio de Janeiro: Ecomuseu Fluminense, 2002.

RIBEIRO, Miguel Ângelo; MATTOS, Rogério Botelho. Território da prostituição de rua na Área Central do Rio de Janeiro. *In: RIBEIRO, Miguel Ângelo. Território e Prostituição na Metrópole Carioca*. Rio de Janeiro: Ecomuseu Fluminense, 2002.

SANTOS, Gislene Aparecida dos. Redes e Território: Reflexões sobre a migração. *In: DIAS, Leila Christina; SILVEIRA, Rogério Leandro da. Redes, Sociedade e Territórios*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo. Razão e Emoção**. 4ª ed. São Paulo: EDUSP, 2004.

SANTOS, Milton. **O País distorcido: o Brasil, a Globalização e a Cidadania**. São Paulo: Publifolha, 2002.

SILVA, Jean Carlos da. O Conceito de Território na Geografia e a Territorialidade da prostituição. *In: RIBEIRO, Miguel Ângelo. Território e Prostituição na Metrópole Carioca*. Rio de Janeiro: Ecomuseu Fluminense, 2002.

SILVA, Franklin Leopoldo e. **Dialética e Experiência**. *In: dois pontos*, Curitiba, São Carlos, vol. 2, n. 2, p.97-112, outubro, 2005.

SOUZA, Marcelo Lopes de. O território: sobre o espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. *In: CASTRO, Iná Elias de, GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. Geografia: Conceitos e Temas*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

SPOSITO, Eliseu. **Geografia e Filosofia: Contribuição para o ensino do pensamento Geográfico**. São Paulo: Editora UNESP, 2003.

SPOSITO, Eliseu; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Geografia:** propostas para o ensino médio. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/12Geografia.pdf>. Acesso em 12 / 10/ 2005.

OLIVEIRA, Marta Kohl de. **Vygotsky:** Aprendizado e desenvolvimento um processo sócio-histórico. São Paulo: editora Scipione, 1995.

Artigo recebido para avaliação em 13/04/2013 e aceito para publicação em 14/08/2013